

Lançamento do Livro
Economia Extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique
do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE)
21/10/2010

Intervenção de Carlos Nuno Castel-Branco
(Director do IESE e Professor Associado da Faculdade de Economia da UEM)

O livro que hoje é lançado reúne sete artigos derivados do desenvolvimento de comunicações apresentadas na II Conferência Científica do IESE.

Apesar dos artigos deste livro estarem a ser desenvolvidos pelos seus autores desde meados do ano passado, o conteúdo dos artigos não só permanece actual mas é de extrema relevância em face dos últimos acontecimentos e informações oficiais sobre os resultados do inquérito aos orçamentos familiares 2008/09.

Os três oradores que me vão seguir, os Doutores Rogério Ossemane, Mário Machungo e Thomas Selemane, vão entrar nos detalhes do conteúdo do livro e das suas implicações para a sociedade moçambicana. Portanto, eu não me vou alongar nestes aspectos. Gostaria, no entanto, de abordar algumas questões mais gerais sobre as motivações deste livro.

As questões que motivaram e orientaram tanto os debates na II Conferência Científica do IESE (de Abril de 2009) como a selecção dos temas e conteúdos dos três livros que se seguiram à Conferência (*Pobreza, Desigualdade e Vulnerabilidade em Moçambique, Protecção Social: Abordagens, Desafios e Experiência para Moçambique*, e o livro agora a ser lançado, *Economia Extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique*), estão relacionadas com a avaliação empírica das tendências da economia. Por um lado, a economia nacional tem vindo a crescer rapidamente nas últimas duas décadas. No entanto, a dependência externa (do investimento privado, do orçamento do Estado, e da capacidade de análise, formulação e implementação de políticas) e os níveis de pobreza não têm baixado significativamente. Nos últimos 14 anos, o PIB *per capita* em Moçambique duplicou (crescendo a uma média de 5% ao ano), mas a percentagem da população vivendo abaixo da linha da pobreza diminui apenas 15% (a uma taxa média inferior a 1% ao ano). Nos últimos 6 anos, o número

de habitantes vivendo abaixo da linha de pobreza aumentou em 2 milhões, apesar de o ritmo de crescimento do PIB não ter diminuído. Os dados oficiais mostram que enquanto o PIB cresce rapidamente, a desigualdade, medida pelo coeficiente de Gini, não tem aumentado. Ao mesmo tempo, a dependência do investimento privado em relação a financiamento externo manteve-se na ordem dos 85% e a proporção de investimento directo nacional no investimento privado total diminuiu para níveis irrisórios. O orçamento do Estado manteve-se, grosso modo, financiado em mais de 50% pela ajuda externa.

Perante estes dados oficiais, surgiram uma série de perguntas. Será que crescimento económico rápido e prolongado poderá ser consistente com estagnação nos índices de pobreza (apesar da não alteração do coeficiente de Gini) e dependência externa? Se esta consistência é possível, quais são os mecanismos que a explicam?

A investigação desenvolvida, que culminou tanto nas comunicações apresentadas na II Conferência Científica do IESE como nos artigos seleccionados para os três livros publicados, tinha em vista resolver este problema.

O primeiro ponto que ressalta da investigação e do debate é que não há relação matemática entre crescimento económico e redução da pobreza por via da desigualdade medida pelo coeficiente de Gini. De facto, a relação entre crescimento económico e pobreza é determinado por outros factores mais estruturais e mais macroeconómicos, nomeadamente: a estrutura da produção, comércio e investimento; o equilíbrio entre acumulação e crescimento e a produção massiva, com qualidade e barata de bens e serviços de consumo para a força de trabalho; o desenvolvimento, diversificação e articulação da produção e do mercado doméstico; a capacidade de substituir importações e diversificar exportações; e a capacidade de retenção e aplicação da riqueza gerada na economia nacional (ou seja, o índice de porosidade da economia).

O segundo ponto que ressalta da investigação é que uma rápida análise dos dados económicos sobre Moçambique, exaustiva e intensivamente usados no livro que agora lançamos, confirma que o padrão de crescimento económico em Moçambique não é conducente aos equilíbrios necessários para reduzir a pobreza e a dependência externa.

Três dos vários exemplos discutidos no livro podem ilustrar este argumento. Primeiro exemplo, enquanto o PIB *per capita* cresceu a uma média anual de 5% ao ano nos últimos sete anos, no mesmo período a produção alimentar *per capita* reduziu a uma média anual superior a 1%. Portanto, para todo o período, o PIB *per capita* aumentou 41% mas a produção alimentar *per capita* reduziu quase 9%. Será isto surpreendente? Os dados oficiais mostram que a produtividade agrícola média por hectare diminuiu a uma taxa aproximada da taxa de redução da produção alimentar *per capita* e, nos últimos 10 anos, apenas 1% do investimento privado total foi alocado à produção de comida para o mercado doméstico. Se a disponibilidade de comida de qualidade e barata reduz, os grupos sociais mais vulneráveis tendem a ser mais afectados do que os grupos sociais de rendimento alto e médio. Portanto, ainda que a diferença entre os rendimentos dos grupos não se altere (isto é, ainda que a desigualdade dada pelo coeficiente de Gini não se modifique) a alteração dos preços relativos aumenta o número de pobres e a dilata a diferença de qualidade de vida entre os mais vulneráveis e os de rendimento médio e alto.

O que acontece com a comida também acontece com o transporte (cada vez há mais carros individuais e menos transportes públicos a preços acessíveis), com a habitação (a construção está sobretudo orientada para os grupos sociais de rendimento médio e alto nas zonas urbanas), com a saúde e educação (em que o acesso a serviços de qualidade está cada vez mais restrito a quem pode pagar serviços privados), com a segurança pública (em que os efectivos das empresas de segurança supera os da polícia pública), etc. Se esta dinâmica for conjugada com a redução dos rendimentos agrícolas e com a depreciação do salário real, não é de surpreender que o padrão de crescimento económico não seja redutor dos níveis e índices de pobreza.

Segundo exemplo, as exportações da economia nacional aumentaram substancialmente, mas concentram-se em alumínio, gás e energia eléctrica. Dado que as receitas destas exportações pertencem às empresas respectivas e praticamente não são absorvidas pela economia, a taxa efectiva de cobertura das importações de Moçambique melhorou a uma média inferior a 0,5% ao ano nos últimos seis. Portanto, a taxa efectiva de cobertura das importações é marginalmente superior em 2009 ao que era 17 anos atrás, no ano em que a guerra terminou. Daqui deriva que o impacto das exportações dos grandes projectos na conta corrente é mínimo, apesar dos largos saldos comerciais positivos destes projectos.

O terceiro exemplo diz respeito ao desenvolvimento da base fiscal. Enquanto a remuneração do capital corresponde a mais de 70% do PIB e cresceu, nos últimos 10 anos, a uma velocidade 50% superior à da remuneração do trabalho, a percentagem tributada da remuneração do trabalho é, em média, 2,5 vezes superior à percentagem tributada da remuneração do capital. Isto acontece apesar de a grande maioria dos indivíduos não pagar impostos e apesar do rápido crescimento da economia e do investimento. Então, enquanto o coeficiente de Gini mostra que a desigualdade não mudou, a análise da remuneração relativa dos factores mostra que o peso do capital aumentou e é menos tributado. Não é de surpreender, portanto, que a base fiscal expande muito lentamente e que o contributo dos impostos sobre rendimento individual para a receita fiscal total exceda o contributo dos impostos sobre o rendimento de capital. E nesta análise não estão incluídos outros “incentivos” ao capital, como sejam a depreciação acelerada e as isenções de impostos relacionadas com a recuperação do investimento (ambos reduzem a massa tributável do capital).

A análise desenvolvida ao longo dos vários artigos do livro é muito mais detalhada, variada e rica do que aqui apresento, mas os oradores que me seguem irão tratar deste assunto em mais detalhe.

Como é evidente, o livro não termina na análise, mas a análise conduz a pistas de investigação e de política. As três premissas básicas que o livro levanta como possíveis caminhos a seguir são: o estabelecimento de um equilíbrio sustentável entre a acumulação e crescimento e a satisfação das necessidades da grande massa da força de trabalho; a diversificação, alargamento e articulação da base produtiva, do investimento, da substituição de importações, das exportações e do mercado doméstico; e a retenção por absorção na economia da riqueza gerada principalmente por via da tributação do capital.

O objectivo deste livro, e dos que o antecederam, é contribuir para a informação e educação do debate nacional sobre as opções de desenvolvimento em Moçambique. O sucesso deste livro não depende de os leitores concordarem com o seu conteúdo em todos os seus aspectos. Que haja leitores, e que estes usem a informação e os quadros analíticos para estudarem, reflectirem e desenvolverem as suas próprias ideias e abordagens e por elas lutarem, isto é o máximo que um livro desta natureza pode desejar alcançar.

Obrigado.